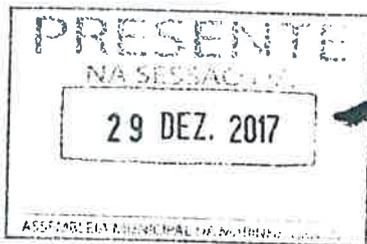


Documentos de Gestão Previsional

www.tumg.pt



TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

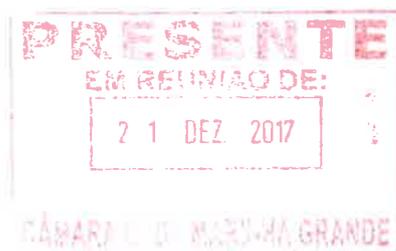
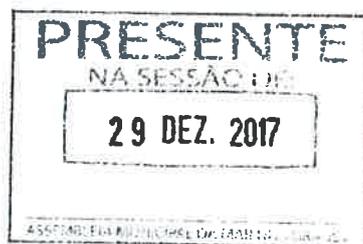


2018-2020

PL
308

Índice

Órgão Sociais	4
Apresentação	5
Cálculo do Contrato-Programa 2018	11
Instrumentos de Gestão Previsional	13
Pressupostos Gerais	14
Rendimentos	18
Gastos	21
Plano Anual de Investimento 2018	24
Orçamento de Exploração Plurianual 2018-2020	25
Orçamento Anual de Tesouraria 2018	27
Balanço Previsional 2018-2020	28
Conclusão.....	29
Parecer do Fiscal Único	



Handwritten signatures and initials:
 João
 PL
 sig
 ho
 2
 4
 309

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente: Carlos Alexandre de Carvalho Caetano

Vogal: Maria de Fátima Malesso Cardoso

Fiscal Único

Marques, Cruz & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por Dr. João Carlos Cunha da Cruz

Edifício Maper - Escritório AL

2430-527 Marinha Grande

Sede Social

Rua Pereira Crespo S/N

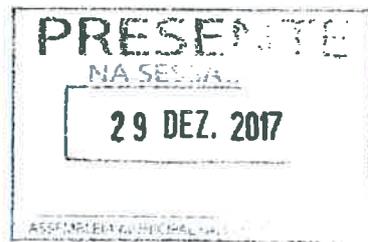
2430-2430 Marinha Grande

Telf.: 244 570260

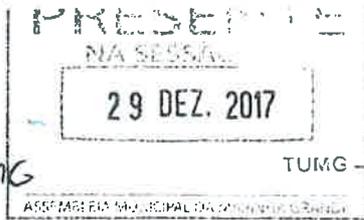
Fax: 244 570261

Web: www.tumg.pt

Email: geral@tumg.pt



Handwritten signatures and initials in blue ink:
J. C. Cunha da Cruz
P. L.
J. Malesso
C. M.
A. M.
311



No início de 2018, será lançado um procedimento concursal com vista à aquisição de mais um mini autocarro, a afetar ao serviço de transportes urbanos, atenta a necessidade de garantir a continuidade do serviço, em caso de imobilização das restantes viaturas.

Atualmente a Tumg é proprietária de 5 mini autocarros, estando 4 afetas às linhas roxa, verde e amarela e 1 às extensões que são efetuadas ao Pilado e à Amieira. Em caso de imobilização destas viaturas, temos necessidade de proceder ao aluguer dum autocarro, a fim de não comprometer o serviço.

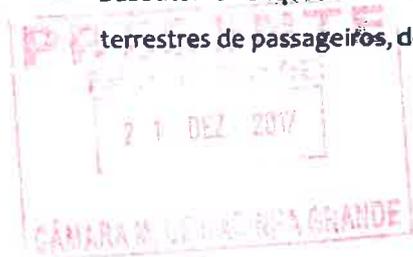
A aquisição deste autocarro permitir-nos-á reforçar a nossa autonomia, no que se refere aos meios operacionais necessários a garantir a prestação do serviço.

Importa referir que nos transportes urbanos da Marinha Grande, a terceira idade e a população escolar continuam a evidenciar os maiores índices de utilização, sendo que para estes segmentos etários, o preço do passe é subvencionado, o que se traduz em tarifas socialmente acessíveis mas com valores abaixo do custo real de operacionalidade, pelo que o subsídio à exploração para 2018 foi calculado de modo a garantir a cobertura do deficit de exploração, na assunção de que a entidade pública participante não irá propor alterações ao tarifário vigente.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 09 de junho, que aprovou o regime jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), foi estabelecido o regime aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação.

De acordo com o RJSPTP, os municípios são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito municipal.

- O RJSPTP adapta ao enquadramento nacional as diretrizes europeias que estabelecem um regime de concorrência regulada aplicável ao serviço público de transporte de passageiros.
- Concretiza a descentralização administrativa de competências de acordo com o Regime Jurídico e Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.
- Substitui o enquadramento legislativo nacional para o setor dos transportes terrestres de passageiros, desatualizado e desajustado das necessidades atuais.



Handwritten signatures and initials:
AF
Jeneho
PL
313

- Substitui o antigo Regulamento dos Transportes em Automóveis (RTA) de 1948 e que já estava revogado numa parte significativa dos artigos.
- Transpõe as diretrizes europeias relativamente às condições em que as autoridades podem impor obrigações de serviço público, no âmbito de um contrato de serviço público de transporte de passageiros.
- Estabelece a regra geral de realização de procedimentos concursais para a escolha do operador de transportes.

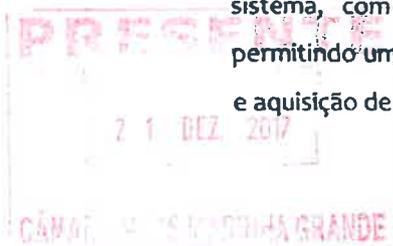
O RJSPTP alarga o âmbito de competências em três dimensões distintas:

1. Autoridades de Transporte: As autarquias e Comunidades Intermunicipais têm competências acrescidas enquanto autoridades de transportes;
2. Modos de transporte: Abrange os modos de transportes ferroviários, rodoviários e fluviais;
3. Âmbito Geográfico: define regras para os serviços municipais, intermunicipais e inter-regionais.

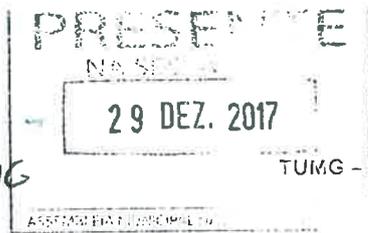
Na atual fase de transição para este novo regime jurídico e na medida em que na maior parte dos concelhos coexistem serviços de âmbito municipal, intermunicipal e inter-regional, e como tal, o planeamento das redes implica a articulação entre diferentes autoridades de transportes, é desejável que as competências sejam assumidas sobretudo pelas Comunidades Intermunicipais, visto que:

- O planeamento integrado das linhas numa lógica de rede pode trazer vantagens significativas no serviço prestado;
- O esforço de aprendizagem relativamente ao modelo de planeamento e gestão das redes fica concentrado numa única entidade, permitindo uma maior especialização técnica da equipa;
- O número de interações entre autoridades de transporte fica reduzido porque uma única autoridade gere um número mais significativo de linhas;
- O âmbito territorial mais alargado potenciará as economias de escala dos contratos de serviço público a celebrar.

Nesta fase de transição foram celebrados contratos interadministrativos simplificados, de modo a facilitar a transição entre regimes, assegurar o melhor conhecimento do sistema, com a recolha de informação e emissão de autorizações provisórias, permitindo uma melhor preparação e definição do modelo futuro de rede e de serviços e aquisição de recursos humanos e de competências técnicas.



[Handwritten signatures and initials]
314



Na fase seguinte serão celebrados contratos interadministrativos mais complexos, depois de elaborados os exercícios de planeamento das redes e serviços futuros e da definição do modelo de financiamento, gestão e contratualização definitivos.

Nesta etapa de transição, entendendo-se como de estabilização e de pré-contratualização até à abertura a concorrência e do sistema, são emitidas autorizações provisórias, constituindo-se como atos administrativos que permitem manter em exploração, a título provisório, os serviços de transporte rodoviário existentes até à contratualização e que permitirão às autoridades de transportes, tomar melhor conhecimento do sistema e preparar-se para a contratualização definitiva, antes do fim de 2019 e aos operadores, ter uma fase de transição e no âmbito das autorizações provisórias dar continuidade à operação, preparando-se para o processo concursal de contratualização.

É neste contexto que no decurso de 2018 será elaborado um estudo para avaliar as alterações das linhas urbanas, de modo a que os transportes urbanos incluam as freguesias da Moita e de Vieira de Leiria.

Estacionamento

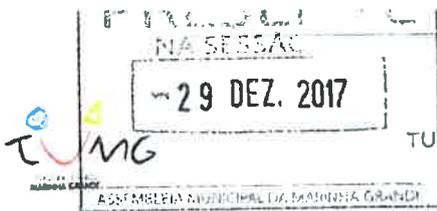
- Não estão, para já, previstas alterações ao Regulamento Municipal de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande.
- É importante relembrar que a existência de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande tem subjacente a melhoria da rotatividade do estacionamento no centro urbano, permitindo a libertação de lugares de estacionamento para utilização rotativa de curta duração, combatendo a dificuldade de estacionamento, por um lado e dissuadindo a utilização do veículo individual por outro, através da promoção da consciencialização dos munícipes para a correta utilização do espaço público.
- Existem espaços de estacionamento gratuito, contíguos aos parques de estacionamento onerados.

Atendendo às necessidades manifestadas pelos utilizadores dos parques de estacionamento de duração limitada, será avaliado um modelo a implementar, de modo a que através de um aplicativo de telemóvel seja possível pagar o estacionamento. As principais vantagens desta nova forma de pagamento são as seguintes:



J. G. Coelho

315
PL
8
315



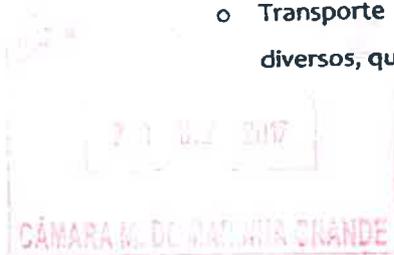
- o Maior mobilidade e organização de todos os residentes e visitantes da marinha grande;
 - o Não será necessária a utilização de moedas e de recibos;
 - o Basta efetuar um registo na aplicação. O tempo cobrado será controlado quer pelo utilizador quer pela entidade responsável pela fiscalização.
- Relativamente ao orçamento para 2018, não estão previstas oscilações de relevo quanto ao valor da receita proveniente deste segmento, nem quanto aos custos de exploração inerentes.

Transportes Escolares

- Dando cumprimento às necessidades manifestadas pelo acionista, o modelo de exploração deste segmento de atividade foi alterado, pelo que desde 2016 apenas uma viatura pertencente à frota da Tumg, integra os transportes escolares, estando subcontratados 5 autocarros com lotação de 55 lugares para o Concelho da Marinha Grande e 1 para Vieira de Leiria.
- De destacar o esforço de racionalização dos transportes escolares que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município, na medida em que estes autocarros são utilizados para prestar apoio às diversas atividades promovidas pelos Agrupamentos escolares e pelo próprio Município no que se refere às deslocações necessárias para as suas atividades desportivas e culturais, sem quaisquer encargos adicionais. São exemplo dessas atividades, as deslocações para pequenas visitas de estudo na área do Distrito, transporte dos alunos para frequência das aulas de natação adaptada, frequência de aulas de informática, orientação e multiatividades, entre outras.

Em 2018 a Tumg continuará a assegurar o serviço de:

- o Transporte entre os estabelecimentos de ensino e locais de refeição dos alunos dos jardins-de-infância e do 1º ciclo do ensino básico;
- o Transporte de alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico público entre o seu local de residência e os respetivos estabelecimentos de ensino;
- o Transporte de alunos entre o seu estabelecimento de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'João' and the number '316'.

À prestação de serviços a subcontratar serão incluídos os vigilantes, conforme estabelece a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, o que fará com que o encargo correspondente seja mais elevado.

Transportes Subsidiados e Ocasionais

- Neste segmento de atividade, continuaremos a prestar serviço de transporte de passageiros, no âmbito de atividades e projetos de caráter educativo, cultural, social e desportivo, desenvolvidos ou apoiados pelo Município, dando deste modo resposta às necessidades de deslocação de várias instituições do Concelho da Marinha Grande.

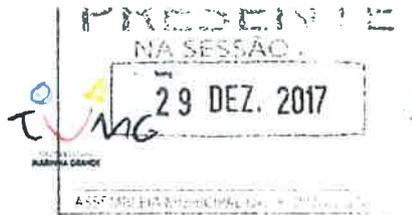
Continuaremos a desenvolver processos de melhoria do desempenho em todos os segmentos de atividade, perspetivando a melhoria contínua da eficiência.

Uma vez mais reiteramos a importância do cariz social do serviço prestado no âmbito dos transportes urbanos, razão pela qual e por indicação do acionista único, o tarifário permanecerá inalterado em 2018.

Pretendemos continuar a seguir um modelo de gestão assente no rigor e no compromisso da satisfação de uma necessidade de interesse geral, com o principal intuito de servir a população da Marinha Grande.



Handwritten signatures and initials:
P
AF
PC
J. G.
10



Cálculo do Contrato-Programa para 2018 – Transporte Urbano de Passageiros

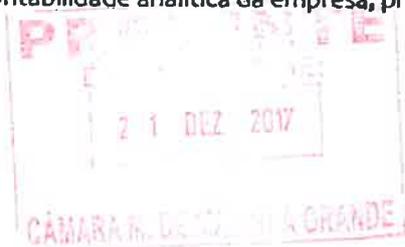
O valor do contrato-programa proposto para o transporte urbano de passageiros relativo ao ano de 2018, é de 431.564,96 € (quatrocentos e trinta e um mil quinhentos e sessenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos), valor este que representa uma diminuição de 2% face à proposta apresentada no ano anterior. Este valor resulta do seguinte:

- Em 2017, a Tumg continuou a assegurar, através de meios próprios (5 mini autocarros), a prestação do serviço em 2 das 5 linhas urbanas existentes (verde e roxa) e ainda das extensões da linha vermelha, que efetua a ligação à Amieira, e da linha verde que efetua a ligação ao Pilado.
- O valor da subcontratação para o segmento dos transportes urbanos para o ano de 2017, foi de 236.320,16 € (duzentos e trinta e seis mil trezentos e vinte euros e dezasseis cêntimos), valor este que garante o serviço em três linhas (vermelha, amarela e azul), através de 5 mini autocarros (1 deles de substituição).

Esta subcontratação resultou do lançamento de um concurso público, cujo critério de adjudicação foi o mais baixo preço, pelo que outros concorrentes apresentaram outras propostas, sendo a mais elevada no valor de 244.389,25 €.

Atendendo à imprevisibilidade do mercado, o valor da adjudicação para 2018 foi calculado com base no valor contratualizado em 2017, acrescido de uma margem de 1,5%, que cobre a taxa de inflação prevista.

- A aquisição de um mini autocarro terá impacto direto no exercício de 2018, pelo que as depreciações incluem o valor de 10.187,50 € que corresponde à aplicação da taxa legal de 12,50% (6 meses). A nossa previsão é que o autocarro entre em circulação nas linhas urbanas, no início do 2º semestre de 2018.
- No que se refere às receitas próprias da atividade, o valor considerado é o que resulta do valor previsto à data de 31 de dezembro de 2017, com projeção da informação contabilística apurada em 30 de junho de 2017.
- Uma vez que os valores dos custos e proveitos de cada uma das linhas são distintos, dependendo dos recursos materiais e humanos afetos a cada uma e da consequente procura, os gastos foram calculados a partir do sistema de contabilidade analítica da empresa, projetados à data de 31 de dezembro de 2017.



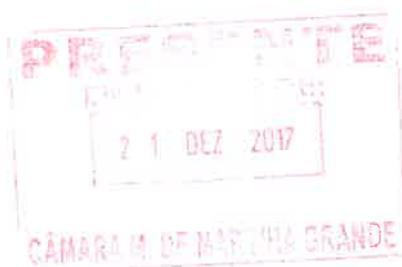
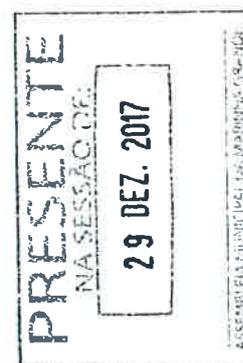
Handwritten signatures and initials:
A
A
João
PL
Lout
J. G.

Com base nestes pressupostos, apresentamos o cálculo do valor do subsídio à exploração para 2018:

CÁLCULO DA INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA

Orçamento 2018

Gastos Diretos	239.864,80
Valor Adjudicação Concurso 2017	
Transportes Urbanos	239.864,80
Outros Gastos	338.607,06
Valor Apurado sistema de Contabilidade Analítica	
Transportes Urbanos	
Serviços Subcontratados	
Serviços Diversos	126.114,72
Gastos com pessoal	145.907,34
Depreciações	66.109,60
Impostos	270,72
Outros	204,68
Gastos Perdas Financeiras	0,0
1) GASTOS TOTAIS COM TRANSPORTES URBANOS	578.471,86
Proveitos próprios da Atividade	
Transportes Urbanos	
Bilhetes	72.081,40
Bilhetes a bordo	54.449,04
Bilhetes pré-comprados	17.632,36
Passes	74.825,06
Geral	31.287,60
Jovens	23.159,86
Seniores	18.934,28
Cartões	1.443,32
Outros	0,44
Publicidade	
Outros	0,60
2) PROVEITOS COM TRANSPORTES URBANOS	146.906,90
3) INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA (1 - 2)	431.564,96



Handwritten signatures and initials:
 PC
 AF
 319

Instrumentos de Gestão Previsional

Apresentamos de seguida os instrumentos de gestão previsional para o triénio 2018-2020, elaborados em conformidade com a Lei 50/2012, de 31 de agosto, mais concretamente nos termos estatuídos no n.º 1 do seu artigo 42.º e dando cumprimento ao n.º 3 do artigo 12.º dos estatutos da Tumg – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM, Unipessoal S.A.

Assim, no respeito pela legalidade dos estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral os presentes instrumentos de gestão previsional, para discussão e votação.

- Orçamento Rendimentos 2018
- Orçamento Gastos 2018
- Plano Anual e Plurianual de Investimentos 2018
- Orçamento Anual de Exploração 2018-2020
- Orçamento Anual de Tesouraria 2018
- Balanço Previsional Plurianual 2018-2020



Handwritten signatures and initials in blue ink, including "AL", "AK", "Jinho", "PL", "13", and "320".



Pressupostos Gerais

Conjuntura Económica Mundial

A previsão de crescimento da economia mundial da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), é de 3,5% em 2017 e 3,7% em 2018, graças à expansão no investimento, emprego e comércio, a curto prazo.

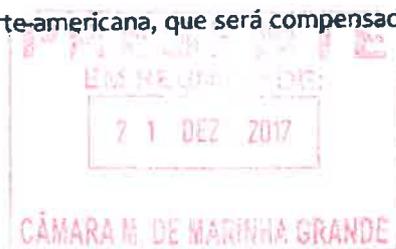
Considera que o problema estrutural reporta-se ao médio e longo prazo, designadamente, o investimento empresarial, as trocas comerciais e a produtividade, cuja solução, de acordo com aquele organismo, terá necessariamente que implicar reformas profundas.

Uma das surpresas a nível mundial, será a perspetiva de crescimento da Índia, que no próximo ano se estima em 7,2%, ultrapassando a China (6,6%). Na mesma senda de crescimento, estará o Brasil que após a recessão, seguida da recuperação económica em 2017, registará um crescimento de 1,6% em 2018. Os Estados Unidos vão crescer 2,1% este ano, acelerando para os 2,4% no ano seguinte.

A ensombrar a economia britânica, continua a incerteza no que se refere às negociações do Brexit, que se prolongarão até 2019. Esta economia continuará a desacelerar, devido à queda do consumo e do investimento.

A OCDE considera que o crescimento económico será sustentável, dependendo da política económica adotada pelos países avançados e emergentes, sendo necessários efetuar reformas estruturais que potenciem o investimento e a produtividade. Paralelamente, recomenda aos governos, a prossecução de uma política orçamental expansionista capaz de promover o “crescimento inclusivo”.

Também o Fundo Monetário Internacional considera que a recuperação da economia mundial continua em curso. O FMI aponta para um crescimento da riqueza mundial de 3,5% este ano e 3,6% em 2018. No entanto, o Fundo reviu em baixa as perspetivas para a economia norte-americana, que será compensada com o bom desempenho das economias da zona euro.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J. J.', 'C. J.', 'P. J.', and 'J. J.'.

A revisão em baixa das projeções de crescimento nos EUA, refletem sobretudo a assunção de uma política orçamental menos expansionista do que anteriormente previsto. A deceção com a administração Trump levou o Fundo a baixar as suas estimativas em 0,2 pontos e 0,4 pontos este ano e no próximo, com os EUA a apresentar taxas de crescimento de 2,1% em ambos os anos.

Em contrapartida, a China continuará a ser o bloco económico de maior crescimento.

Considera aquela organização, que política monetária deverá ser normalizada gradualmente, em linha com os desenvolvimentos económicos.

Os bancos centrais das economias avançadas, devem promover a normalização da política monetária, com subidas graduais das taxas de juro.

O organismo liderado por Christine Lagarde recomenda que “Nas economias avançadas onde a procura continua a escassear e a inflação é demasiado baixa, o apoio monetário e (onde possível) orçamental deve continuar.”

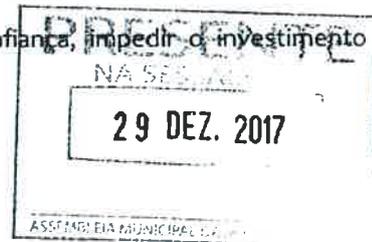
Salienta ainda que incertezas políticas relacionadas com as políticas orçamentais e regulatórias nos EUA e com as negociações que decorrem entre o Reino Unido e a União Europeia na sequência do Brexit, poderão “afetar a confiança, impedir o investimento privado e enfraquecer o crescimento”.

Conjuntura Económica Europeia

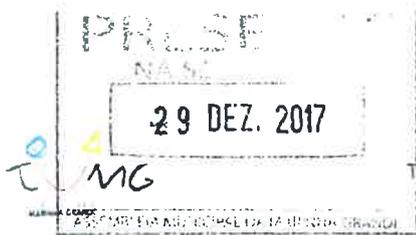
A OCDE prevê uma aceleração da economia da zona euro para 2017, no entanto, considera que o crescimento económico dos países da moeda única irá abrandar em 2018.

No primeiro trimestre deste ano, a economia da zona euro cresceu 1,9%, tendo acelerado no segundo trimestre para 2,3%, uma progressão que a OCDE prevê que seja estável durante este ano, apontando para um crescimento de 2,1% em 2017.

A criação de emprego, a política monetária acomodaticia e a redução da incerteza política, foram fatores decisivos para o crescimento do PIB na zona euro, que superou as expetativas no 1º semestre de 2017, elogiando o fortalecimento do consumo, o investimento e as exportações “saudáveis”.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J. G.', 'C. P.', 'J. P.', and 'J. P.'.

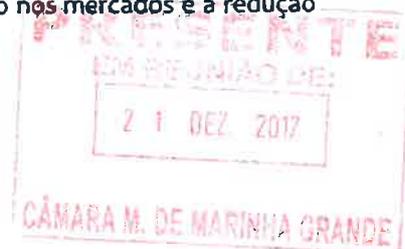


Segundo aquele organismo, destacam-se três motores da economia da zona euro: Alemanha (2,2%), França (1,7%) e Itália (1,4%), sendo que a previsão de crescimento económico nestes países foi revisto em alta, com destaque da economia alemã. A economia francesa tem em curso várias reformas laborais e fiscais que surtirão efeito a médio e longo prazo, enquanto que a economia italiana debate-se com problemas na banca.

Aquela organização aponta como um dos problemas a inflação core, que dificilmente atingirá a meta dos 2% estabelecida pelo Banco Central Europeu. Se a apreciação do euro continuar, esta valorização pode de certo modo equilibrar a inflação. O grande desafio que as autoridades nacionais e europeias enfrentam, será o equilíbrio da política acomodatória e a gestão dos riscos da estabilidade financeira.

A OCDE aconselha que os bancos centrais sejam prudentes na retirada dos estímulos, e que o façam de modo a reduzir gradualmente o seu impacto, apontando a incerteza como um dos potenciais riscos. A sua atuação deverá pautar-se pela previsibilidade, de modo a minimizar a volatilidade financeira.

O FMI também prevê um crescimento da economia da moeda única, apontando para taxas de 1,9% e 1,7% em 2017 e 2018, devido a um “sentimento positivo nos mercados e à redução dos riscos políticos”.



Conjuntura Económica Nacional

O FMI prevê que a economia portuguesa continue a crescer ligeiramente acima da média da Zona Euro, com projeções de 2,5% em 2017 e 2% em 2018.

Para o próximo ano, a Comissão Europeia prevê que a taxa de desemprego anual em Portugal seja mais baixa que a da zona euro, o que não acontecia desde 2005:

Bruxelas projeta que a taxa de desemprego de Portugal fique nos 8,3% no próximo ano, abaixo dos 8,5% projetados para a Zona Euro.

Segundo as previsões económicas da Comissão Europeia, Portugal conseguirá um melhor desempenho no mercado de trabalho, o que não acontecerá no caso do PIB e do défice, o que revela um maior otimismo por parte da Comissão Europeia quanto à evolução do mercado de trabalho, do que o Governo. Na proposta do Orçamento do Estado para 2018, o Governo estimava que a taxa de desemprego em 2018 ficasse nos 8,6% e em 2019 nos 8,5%, ambas acima dos 8,3% e 7,6% esperados por Bruxelas, respetivamente.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J.7', 'PL', and '323']

A Comissão Europeia no relatório dedicado a Portugal, realça que a criação de emprego em Portugal registou um ritmo superior ao do crescimento do PIB no primeiro semestre, para o qual terão contribuído o setor dos serviços relacionados com o turismo e a construção. Para os próximos anos, a previsão é de abrandamento na criação de emprego: depois de um crescimento de 2,9% em 2017, a Comissão vê o emprego a subir 1,2% em 2018 e 0,9% em 2019.

Um dos problemas apontados na economia nacional é a fraca valorização dos salários, na medida em que a criação de emprego incidiu em setores da atividade económica com um perfil de baixas qualificações e salários abaixo da média.

Quanto ao défice, a previsão é que Portugal continuará aquém dos países da moeda única, dado que vários têm já excedentes orçamentais.

Para 2017, a média do saldo orçamental prevista para a Zona Euro é de -1,1%, -0,9% em 2018 e -0,8% em 2019. Quanto ao défice nacional, a Comissão Europeia está menos otimista que o Governo, prevendo um saldo orçamental de -1,4% em 2017 e 2018 e de -1,2% em 2019.

No que se refere ao crescimento económico, Portugal terá uma subida do PIB superior em 2017, 2,6% face a 2,2% na Zona Euro. No entanto, segundo as previsões da Comissão Europeia, vai ser um caso pontual, na medida em que para 2018 apontam para um crescimento de 2,1%, igual ao dos países da moeda única e para 2019 Portugal deverá crescer 1,8%, abaixo dos 1,9% previstos para a Zona Euro.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including "J. G.", "PC", "CRB", "J. Santos", and the number "324".



A Tumg prosseguirá uma política de racionalização de recursos. Os instrumentos de gestão previsional que se apresentam, refletem essa preocupação: por um lado a redução de custos, por outro lado a objetivação do aumento da receita, numa projeção assente em dados realistas.

Os mapas previsionais foram elaborados com base nos valores acumulados da contabilidade geral e analítica do mês de junho de 2017, projetados a 31 de dezembro de 2017.

Rendimentos

A nossa previsão para os rendimentos em 2018, situa-se nos 930.200,94 euros distribuídos pelas seguintes rubricas:

RENDIMENTOS			
	Orçamento 2018	Orçamento 2017	Variação
Prestação de serviços	498.635,38	480.003,40	2,0%
Subsidio à exploração	431.564,96	438.730,41	-0,8%
Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,02	0,0%
Juros dividendos e outros rendimentos similares	0,60	0,96	0,0%
TOTAL DOS RENDIMENTOS	930.200,94	918.734,79	1,3%

Comparativamente ao orçamento elaborado para 2017, o valor previsto dos rendimentos traduz um aumento de 1,3%, que se justifica pela tendência de crescimento da receita dos transportes urbanos e do estacionamento.

A receita proveniente da prestação de serviços foi calculada em função dos valores obtidos à data de 30 de junho de 2017, projetados a 31 de dezembro de 2017.

A previsão da distribuição dos rendimentos pelos segmentos de atividade da empresa, é conforme segue:



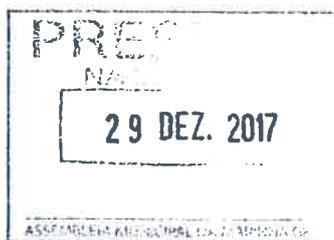
• Transportes públicos de passageiros: prevemos um valor total de 578.471,42, €, que resulta da soma do subsídio à exploração no valor

Handwritten signatures and initials:
PL CR A
325

Seguidamente apresenta-se o mapa discriminado dos rendimentos e réditos orçamentados para 2018, com comparação ao orçamento de 2017.

RENDIMENTOS

	Orçamento 2018	Orçamento 2017
Prestação de serviços	498.635,38	480.003,40
Transportes passageiros	285.404,20	276.502,44
Aluguer subsidiado 50%	16.134,00	6.907,10
Aluguer subsidiado 100%	8.530,50	24.122,30
Transportes escolares e outros	253.182,60	242.830,40
Transportes ocasionais	7.557,10	2.642,64
Transportes urbanos de passageiros	146.906,46	140.626,26
Bilhetes	72.081,40	62.903,18
Bilhetes a bordo	54.449,04	48.230,16
Bilhetes pré-comprados	17.632,36	14.673,02
Passes	74.825,06	77.723,08
Geral	31.287,60	29.348,98
Jovens	23.159,86	26.171,78
Seniores	18.934,28	21.269,22
Cartões	1.443,32	933,10
Estacionamento	66.324,72	62.874,70
Bilhetes	66.324,72	62.874,70
Subsidio à exploração	431.564,96	438.730,41
Contrato de gestão	431.564,96	438.730,41
Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,02
Publicidade	0,00	0,00
Outros	0,00	0,02
Juros dividendos e outros rendimentos similares	0,60	0,96
Juros de aplicações financeiras	0,60	0,96
TOTAL DOS RENDIMENTOS	930.200,94	918.734,79
% da Indemnização compensatória/Rendimentos Totais	46%	48%



Handwritten signatures and initials: J. G., PL, A, A, 20, 327

Gastos

Relativamente aos gastos, a previsão para 2018, assenta nos mesmos critérios de prudência e na continuação de adoção de políticas de gestão que se traduzem na simplificação, rigor e transparência.

Ao contrário dos rendimentos e réditos, o passivo e os custos apresentados não resultaram de uma quantificação por defeito.

O quadro seguinte apresenta as principais rubricas de gastos, com os valores orçamentados para 2018 e 2017, e respetivos desvios. Da análise do quadro, constata-se um aumento dos gastos na ordem dos 1,9%, relativamente ao ano anterior, destacando-se o aumento da rubrica fornecimentos e serviços externos, devido ao investimento em equipamento básico e administrativo efetuado em 2015, cuja amortização teve início em 2016 e à aquisição do mini autocarro a efetuar em 2018.

GASTOS	Orçamento 2018	Orçamento 2017	Desvio
FSE	653.515,89	621.237,09	5,2%
Gastos com o pessoal	171.332,88	184.961,32	-7,4%
Gastos de depreciação/amortização	92.158,03	93.512,30	-1,4%
Outros Gastos e Perdas	1.257,82	405,56	210%
Gastos e perdas de financiamento	0,32	0,30	6,7%
Impostos sobre rendimento período	2.506,56	3.909,83	-35,9%
TOTAL DOS GASTOS	920.771,50	904.026,40	1,9%

A totalidade dos gastos perfaz o valor de 920.771,50 €, sendo a rubrica de fornecimentos e serviços externos a de maior relevância orçamental, na medida em que inclui o valor dos subcontratos, designadamente o que se refere aos transportes urbanos e transportes escolares.

Globalmente, os fornecimentos e serviços externos previstos para 2018, refletem um aumento de 5,2% face ao orçamento do ano anterior.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PL', 'AF', 'Jenales', and '320'.

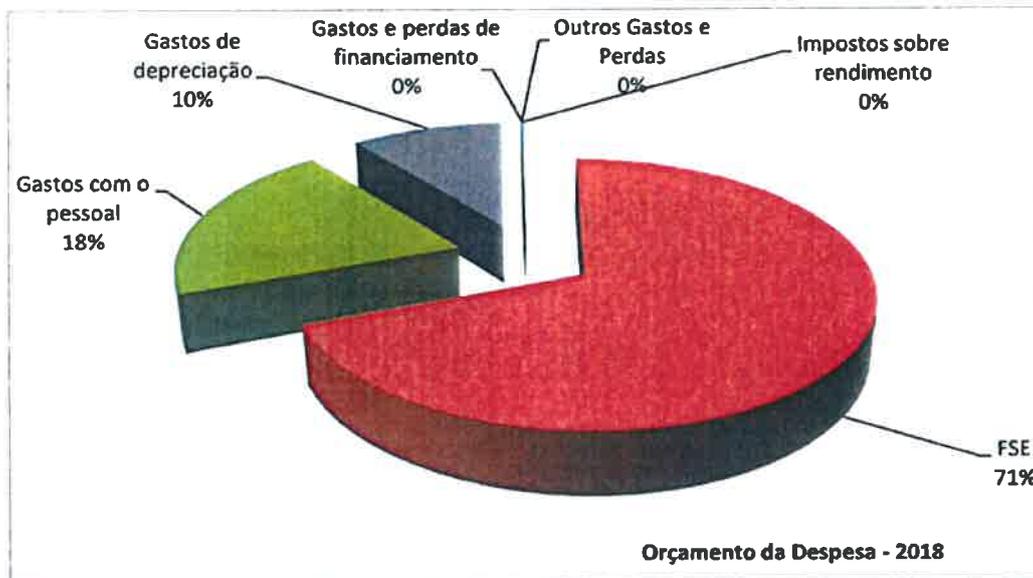
Quanto às restantes despesas, as variações, a acontecer, representam ligeiros acertos relativamente ao previsto para 2017, atendendo à política de contenção de custos seguida.

Os gastos com o pessoal traduzem uma redução de 7,4%, reflexo dos acertos efetuados a 31 de dezembro de 2016.

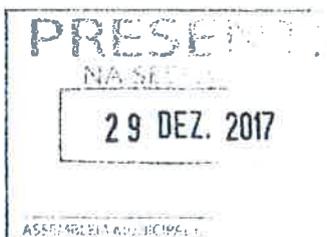
Importa salvaguardar aqui a imprevisibilidade no que se refere às consequências da legislação em matéria de gastos com o pessoal.

Os cálculos foram efetuados de acordo com a legislação em vigor em 2017.

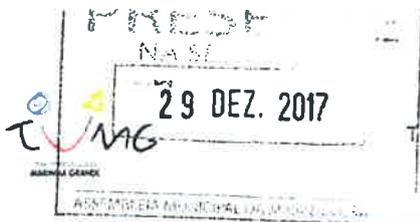
A seguir apresenta-se um gráfico com o peso relativo das diversas rubricas de gastos.



Apresenta-se o mapa discriminado dos gastos orçamentados para 2018, com comparação ao orçamento de 2017:



Handwritten signatures and initials:
 PL
 J. S.
 22
 329



GASTOS

	Orçamento 2018	Orçamento 2017
Fornecimentos e serviços externos	653.515,89	621.237,09
Subcontratos	468.446,65	462.007,59
Transportes Públicos	239.864,80	240.550,85
Outros alugueres	20.280,96	18.518,74
Transportes Escolares	208.300,89	202.938,00
Serviços especializados	82.740,51	62.847,36
Trabalhos especializados	1.670,26	5.528,96
Honorários	16.443,00	13.281,26
Publicidade e propaganda	778,75	4.850,00
Vigilância e segurança	9.022,01	8.373,48
Conservação e reparação	54.333,61	30.369,56
Serviços bancários	492,88	444,10
Outros	0,0	0,0
Materiais	3.133,50	6.436,84
Ferramentas e Utensílios	201,88	126,48
Livros e documentação técnica	0,00	200,00
Material de escritório	2.653,53	6.010,36
Artigos para oferta	278,09	100,00
Energia e fluidos	68.594,20	59.378,22
Eletricidade	3.315,07	2.429,04
Combustíveis	64.841,26	56.541,60
Água	437,87	407,58
Deslocações estadas e transportes	418,59	775,94
Deslocações e estadas	418,59	775,94
Serviços Diversos	0,00	8.640,00
Rendas e Alugueres	0,00	8.640,00
Comunicação	6.284,25	2.092,78
Telefones, correio telemóveis	6.284,25	2.092,78
Seguros	18.053,92	15.587,04
Responsabilidade civil	18.053,92	15.587,04
Contencioso e notariado	3.600,67	1.301,66
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza higiene e conforto	2.243,60	2.166,36
Outros Serviços	0,00	3,30
Gastos com o pessoal	171.332,88	184.961,32
Remunerações órgão sociais e pessoal	132.766,22	142.578,96
Encargos sobre remunerações	33.720,14	33.578,60
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.493,94	5.583,90
Outros gastos com o pessoal	1.352,58	3.219,86
Gastos de depreciação e de amortização	92.158,03	93.512,30
Edifício, Equipamento Básico e Administrativo	92.158,03	93.512,30
Outros Gastos e Perdas	1.257,82	405,56
Outros	1.257,82	405,56
Gastos e perdas de financiamento	0,32	0,30
Juros suportados	0,32	0,30
Impostos sobre o rendimento do período	2.506,56	3.909,83
IRC	2.506,56	3.909,83
TOTAL DOS GASTOS	920.771,50	904.026,40



[Handwritten signatures and initials]

PC

330



Gastos:

O valor dos Fornecimentos e serviços externos para 2018 foi calculado com base nos valores reais de Junho de 2017, projetados à data de 31 de dezembro 2017, à exceção das seguintes rubricas que foram calculadas com base na atividade operacional prevista para 2018:

- **Subcontratos**
Incluem os custos diretos dos transportes urbanos e escolares, atentas as necessidades previstas para 2018, com base no valor dos contratos adjudicados para 2017.
- **Gastos de depreciação/amortizações**
Incluem a depreciação do investimento a efetuar em 2018 (aquisição de um mini autocarro urbano), que se prevê que entre em funcionamento no 2º semestre de 2018, pelo que a amortização considerada foi à taxa mínima de 12,5%.

Plano Anual de Investimentos 2018

É nossa intenção proceder à aquisição de um mini autocarro urbano, com o objetivo de integrar o segmento dos transportes urbanos, uma vez que atualmente a Tumg tem necessidade de recorrer ao aluguer, quando ocorre a imobilização de uma das viaturas afetas a este serviço. Esta viatura permitirá à Tumg dispor de uma viatura de substituição.

INVESTIMENTOS	Orçamento 2018
Aquisição de 1 mini autocarro	81.500,00
Total dos Investimentos	81.500,00

INVESTIMENTOS	Orçamento 2018
Ativos Fixos Tangíveis	
Equipamento Básico	81.500,00
Total Geral	81.500,00



Handwritten signatures and initials: PC, AF, J. S., and others.



Orçamento de Exploração Plurianual – 2018-2020

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Orçamento 2018	Orçamento 2017
Vendas e serviços prestados	498.635,38	480.003,40
Subsídios à exploração	431.564,96	438.730,41
Fornecimentos e serviços externos	- 653.515,89 -	621.237,09
Gastos com pessoal	- 171.332,88 -	184.961,32
Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,02
Outros gastos e perdas	- 1.257,82 -	405,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	104.093,75	112.129,86
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 92.158,03 -	93.512,30
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	11.935,72	18.617,56
Juros e rendimentos similares obtidos	0,60	0,96
Juros e gastos similares suportados	- 0,32 -	0,30
Resultado antes de impostos	11.936,00	18.618,22
Impostos sobre o rendimento do período	- 2.506,56 -	3.909,83
Resultado liquido do período	9.429,44	14.708,39



Handwritten signatures and initials:
 - Top right: *21*
 - Middle right: *Cost*
 - Below *Cost*: *A*
 - Below *A*: *Al Soares*
 - Bottom right: *PC*
 - Far bottom right: *25*



PRESENTE
N.º 501
29 DEZ. 2017
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

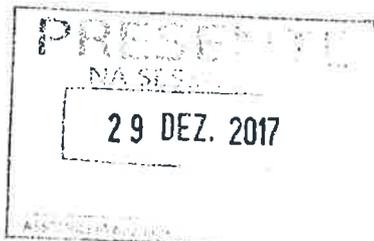
	Orçamento 2018	Orçamento 2019	Orçamento 2020
Receitas e serviços prestados	498.635,38	508.608,09	518.780,2
Subsídios à exploração	431.564,96	440.196,26	449.000,1
Decorrentes de encargos e serviços externos	- 653.515,89	- 652.420,44	- 665.468,8
Gastos com pessoal	- 171.332,88	- 174.759,54	- 178.254,7
Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	0,0
Outros gastos e perdas	- 1.257,82	- 1.282,98	- 1.308,6
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	104.093,75	120.341,39	122.748,2
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 92.158,03	- 101.755,79	- 57.519,0
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)	0,00	0,00	0,0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	11.935,72	18.585,60	65.229,1
Receitas e rendimentos similares obtidos	0,60	0,61	0,6
Gastos e gastos similares suportados	- 0,32	- 0,33	- 0,3
Resultado antes de impostos	11.936,00	18.585,88	65.229,4
Impostos sobre o rendimento do período	- 2.506,56	- 3.903,04	- 13.698,1
Resultado líquido do período	9.429,44	14.682,84	51.531,2

O Orçamento plurianual de exploração (2018/2020) foi obtido com base nas seguintes premissas:

- Subsídio à exploração: aumento de 2% ao ano
- FSE: aumento de 2% ao ano
- Valores correntes, utilizando uma taxa de inflação de 1,5%
- Gastos com pessoal e outros custos operacionais: valores constantes
- IRC: 21% dos resultados antes de impostos.

PRESENTE
N.º 501
21 DEZ 2017
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

(Handwritten signatures and initials)
PC
26



Orcamento Anual de Tesouraria – 2018

RUBRICAS	Previsão 2018
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>	
Recebimentos de clientes	924.594,21
Pagamentos a fornecedores	-800.802,96
Pagamentos ao pessoal	-170.065,31
Caixa gerada pelas operações	-46.274,06
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-74.895,57
Outros recebimentos/pagamentos	-1.257,54
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-122.427,17
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-100.245,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-100.245,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	0,00
Juros e gastos similares	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-222.672,17
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	443.146,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período	220.474,19



Handwritten signatures and initials: J. G., PL, J. S., and others.



Balanço Previsional Plurianual – 2018-2020

RUBRICAS	Previsão 2018	Previsão 2019	Previsão 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	359.366,99	257.611,23	200.092,19
Ativos intangíveis	-	-	-
	359.366,99	257.611,23	200.092,19
Ativo corrente			
Cientes	166.214,59	168.177,10	171.540,64
Estado e outros entes públicos	76.114,85	69.079,23	61.902,89
Outras contas a Receber	39.413,57	39.413,57	39.413,57
Caixa e depósitos bancários	220.474,19	328.063,27	444.558,90
	502.217,20	604.733,17	717.416,00
Total do Ativo	861.584,19	862.344,40	917.508,19
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	338.000,00	338.000,00	338.000,00
Reservas legais	38.453,31	39.396,25	40.864,53
Resultados transitados	307.592,15	316.078,65	329.293,22
	684.045,46	693.474,90	708.157,75
Resultado líquido do período	9.429,44	14.682,85	51.531,27
Total do capital próprio	693.474,90	708.157,75	759.689,02
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	-	-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	150.893,87	143.938,93	146.817,71
Estado e outros entes públicos	17.215,42	10.247,71	11.001,46
	-	-	-
Total do Passivo	168.109,29	154.186,64	157.819,17
Total do capital próprio e do passivo	861.584,19	862.344,39	917.508,19



Handwritten signatures and initials: PL, CO, A, A, J, O, 28, 335.

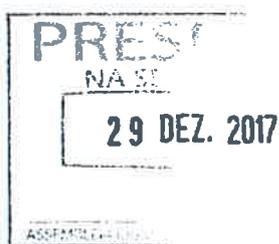
Conclusão

Globalmente prevemos rendimentos e réditos num total de 930.200,94 € e gastos num total de 920.771,50 €, originando um resultado de 9.429,44 €.

A nossa preocupação continuará a ser a prossecução de uma gestão de rigor do património coletivo, visando a satisfação das necessidades de mobilidade e acessibilidade dentro do espaço urbano, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população da Marinha Grande.

Aprovado em Conselho de Administração em reunião de 28 de novembro de 2017

Conselho de Administração	
Presidente	Vogal
	
Carlos Alexandre de Carvalho Caetano	Maria de Fátima Malessa Cardoso



Handwritten notes and signatures:
 PC
 J. J.
 29
 336



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

PARECER SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução:

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea j) da Lei n.º 50/2012 em 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/2014, de 25/08 e pela Lei n.º 69/2015, de 16/07 e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30/03, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2018, da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM unipessoal, SA, consistindo, nos planos de actividades anuais e plurianuais, orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com a autarquia local, planos de investimento anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento.

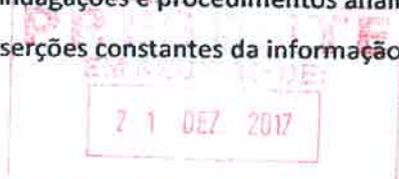
Responsabilidades:

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito:

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;



29 DEZ. 2017



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

REVISOR DE CONTAS, Lda

- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer:

6. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, a qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela entidade.

2

7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Marinha Grande, 15 de Dezembro de 2017

Marques, Cruz & Associado
SROC n.º 218 representada por:

PRESENÇA
21 DEZ 2017
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228

4
2
PC
H
J. J.
A. J.